



MATERNIDADES (IM) POSSÍVEIS: EDUCAR, CUIDAR E TRANSBORDAR AFETOS EM DEVIR-INFÂNCIAS DE DIREITOS!

(Im)possible motherhoods: educating, caring, and overflowing with affection in becoming-childhoods of rights!

Adriana Alves da SILVA

Escola Normal Superior
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil

rio.adrianas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1407-783X> 

Vanderlete Pereira da SILVA

Escola Normal Superior
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil

vanderletesilva@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-9353-3110> 

Mônica de Oliveira COSTA

Escola Normal Superior
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil

mdcosta@uea.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-3771-3955> 

Caroline Barroncas de OLIVEIRA

Programa de Pós-Graduação em Educação
em Ciências na Amazônia
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil

cboliveira@uea.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-8430-2855> 

Daniela Franco CARVALHO

Instituto de Biologia
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Brasil

danielafranco@ufu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4476-7903> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

APRESENTAÇÃO

De mãe

O cuidado de minha poesia
aprendi foi de mãe,
mulher de pôr reparo nas coisas,
e de assuntar a vida.
A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe,
mulher prenhe de dizeres,
fecundados na boca do mundo.
Foi de mãe todo o meu tesouro
veio dela todo o meu ganho
mulher sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.
Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder
alegria inteira
e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço
cada dedo olha a estrada.
Foi mãe que me desceitou
para os cantos milagreiros da vida
apontando-me o fogo disfarçado
em cinzas e a agulha do
tempo movendo no palheiro.
Foi mãe que me fez sentir
as flores amassadas
debaixo das pedras
os corpos vazios
rente às calçadas
e me ensinou,
insisto, foi ela
a fazer da palavra
artifício
arte e ofício
do meu canto
da minha fala.

CONCEIÇÃO EVARISTO

ASSUNTAR A VIDA, PÔR REPARO NAS COISAS

“Assuntar a vida” talvez seja uma das imagens mais potentes para abrir este dossiê. Na literatura de Conceição Evaristo, a mãe ensina a pôr reparo nas coisas: olhar demoradamente, perceber o que se passa nas frestas, reconhecer aquilo que cresce, aquilo que dói, aquilo que insiste em permanecer. Sua sapiência se faz no cotidiano e na experiência; transforma fogo em água, pranto em consolo e palavra em arte e ofício. É uma aprendizagem que nasce do corpo, da memória e da vida compartilhada.

É dessa imagem de mãe como mulher sapiência, como aquela que ensina a ler o mundo e a sobreviver a ele, que nos aproximamos das maternidades e das infâncias reunidas neste dossiê. Maternidades que se fazem entre corpos, tempos, territórios,

relações de cuidado, desigualdades, afetos, políticas públicas, instituições e redes de existência. Infâncias que também interrogam o mundo, produzem saberes e nos convocam a reinventar as formas pelas quais educamos, cuidamos e reconhecemos direitos.

Maternidades (im)possíveis: educar, cuidar e transbordar afetos em devir-infâncias de direitos! nasce, assim, como uma roda de conversa e uma travessia. Uma roda que aproxima Educação, Estudos Feministas e Estudos das Infâncias para interrogar a maternidade como experiência social, histórica, política, econômica, territorial e afetiva. Uma travessia que percorre creches, escolas, universidades, comunidades, prisões, campos, cidades e rios, acompanhando mulheres e crianças em suas múltiplas formas de viver, cuidar, resistir, criar e produzir mundos, pois *Maternar* é verbo de muitas águas.

MATERNIDADES: ENTRE HISTÓRIA, MITO E POLÍTICA

A própria ideia de infância possui uma história. Como demonstrou Philippe Ariès (1986), aquilo que hoje reconhecemos como infância, família e relações entre gerações não constitui uma experiência universal e imutável, mas está relacionado a transformações históricas e sociais. Pensar as infâncias como sujeitos de direitos exige, portanto, compreender os modos pelos quais elas foram sendo nomeadas, cuidadas, educadas, protegidas e também reguladas.

Do mesmo modo, a maternidade não pode ser tomada como uma experiência homogênea ou naturalmente determinada. O chamado “amor materno” possui uma história e está atravessado por valores sociais, culturais e econômicos. Ao problematizar sua naturalização, Badinter (1985) desloca a maternidade do campo do instinto para o campo da experiência histórica e social, permitindo interrogar a ideia de que amar, cuidar e sacrificar-se seriam mesmo atributos espontâneos e universais de todas as mulheres.

Entre a historicidade da infância e a construção social da maternidade, abre-se uma questão fundamental: quem cuida, em que condições, com quais direitos e a que custo? É nesse ponto que o debate contemporâneo sobre reprodução e cuidado ganha densidade política. Iaconelli (2023), ao propor um *Manifesto Antimaternalista*, contribui para deslocar a maternidade de uma obrigação moral individual para o campo das políticas da reprodução, interrogando os dispositivos sociais que naturalizam sobre as mulheres a responsabilidade pela sustentação da vida. Politizar o cuidado significa,

portanto, reconhecer sua dimensão coletiva e perguntar pelas estruturas que distribuem de maneira desigual o tempo, o trabalho, os afetos, os recursos e as responsabilidades de cuidar.

O dossiê se instala justamente nessa tensão: entre aquilo que se apresenta como natural e aquilo que a história revela como construído; entre a experiência íntima e as estruturas sociais; entre o desejo e a obrigação; entre o cuidado como afeto e o cuidado como trabalho; entre maternidades vividas e maternidades normatizadas.

O (IM)POSSÍVEL COMO CAMPO DE DISPUTA

É nesse intervalo que o (im)possível ganha sua força. O impossível pode ser produzido pela sobrecarga, pela precarização do cuidado, pela violência, pelo racismo, pela desigualdade social, pelo encarceramento, pela deficiência, pela ausência ou insuficiência de políticas públicas, pelas fronteiras de classe, gênero e território e pelas normas que definem quem pode ou deve exercer uma maternidade reconhecida como legítima.

Mas o possível também se inventa. Inventa-se nas redes de apoio. Nas comunidades. Nas escolas e creches. Nas universidades. Nas políticas de permanência. Nas relações entre mulheres. Nas alianças entre gerações. Nos territórios. Nas águas. Nas experiências coletivas de cuidado.

As maternidades que aqui se encontram não cabem em uma única narrativa. São maternidades possíveis, impossíveis, marginais, atípicas, coletivas, universitárias, camponesas, amazônicas, resistentes de pesquisadoras, professoras, filhas e mães em devir. É essa pluralidade que faz do dossiê uma cartografia.

ENTRE RIOS, ÁGUAS E TERRITÓRIOS

Na Amazônia, a cartografia das maternidades ganha outras dimensões. A vida se move pelos rios, e os rios são caminhos, territórios, memória, trabalho, alimento, pertencimento e encontro. Mulheres e crianças vivem experiências que se fazem em comunidades, várzeas, florestas, cidades, campos, periferias e margens, em territórios atravessados simultaneamente por saberes ancestrais, redes comunitárias, desigualdades e disputas por direitos.

Por isso, pensar maternidades amazônicas exige deslocar qualquer ideia universalizante da experiência materna. O território participa da constituição dos modos

de cuidar, educar, parir, criar, circular e sobreviver. As águas não aparecem apenas como cenário: elas constituem modos de vida e produzem conhecimentos.

Em “Entre rios, cuidados e resistências: maternidades amazônicas e a construção de devir-infâncias de direitos”, a própria imagem do rio convoca a pensar maternidade, território e direito em movimento. Em “Filhas de Oxum! Maternidades em devir-água na Amazônia”, a água se encontra com ancestralidade, corpo e feminino, abrindo outras possibilidades de pensar os vínculos e a reprodução da vida. Já “Maternidade impossível em cheia crescente” faz da cheia uma imagem potente das instabilidades, urgências e transbordamentos que atravessam as experiências maternas em territórios amazônicos.

As infâncias camponesas, as mulheres agricultoras, as rezas, os cuidados e as heranças transmitidas às novas gerações também ampliam essa cartografia. Em “Infâncias camponesas: territórios femininos, rezas e cuidado” e “Maternidades e ecofeminismos: o cuidado coletivo de mulheres agroecológicas na transmissão da herança às infâncias do campo”, território e cuidado aparecem como dimensões inseparáveis de processos formativos e de reprodução da vida.

A Amazônia emerge, neste dossiê em movimento, como território-corpo e corpo-território. Para Verônica Gago (2020, p. 107), “[...] corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território”, lugar de produção de saberes, vínculos, memórias e direitos, mas também como possibilidade de deslocamento dos próprios modos de olhar, pensar e habitar o mundo.

Em *Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*, Eliane Brum (2021, p. 376) propõe uma inversão radical das centralidades: “[...] na esquina do colapso climático, a maior floresta tropical é o centro do mundo”. A afirmação desloca a Amazônia de uma posição historicamente construída como margem, periferia ou lugar a ser explorado para recolocá-la no centro da vida — e, com ela, os povos, os corpos, os saberes e os territórios que a constituem.

Pensar a Amazônia como Centro do Mundo implica, portanto, deslocar também o olhar sobre as maternidades e as infâncias: reconhecer que os modos de cuidar, educar, parir, criar e reproduzir a vida são inseparáveis dos territórios onde acontecem. Entre rios, florestas, cidades, comunidades e campos, as maternidades amazônicas fazem emergir outras redes de cuidado, outras temporalidades e outras formas de produzir existência e pertencimento.

Trata-se, ainda, de reconhecer essa diversidade sem romantizar o território, pois é justamente no encontro entre vida e espoliação, ancestralidade e violência, resistência e desigualdade que se inscrevem as urgentes lutas por direitos. Nesse sentido, pensar a Amazônia como Centro do Mundo é também amazonizar o olhar, deslocar o centro para onde a vida pulsa e escutar aqueles e aquelas que, há muito, sabem que cuidar da vida é cuidar do mundo.

MÃES, FILHAS E INFÂNCIAS: UMA GENEALOGIA DOS AFETOS

O poema de Conceição Evaristo nos ensina uma forma particular de olhar. A mãe transmite um tesouro feito de sapiência, atenção e experiência. Ensina a perceber as flores amassadas sob as pedras e os corpos rente às calçadas. Ensina a desconfiar, porque “cada dedo olha a estrada”. E ensina também um meio riso, uma alegria inteira que encontra modos de permanecer mesmo diante da dureza do caminho.

Talvez esse meio riso seja uma imagem para muitas das experiências reunidas aqui: uma alegria que não desconhece a violência, uma esperança que não se confunde com ingenuidade, uma capacidade de criar vida em condições adversas. Entre mães e filhas, essa transmissão ganha novas camadas. “As filhas da mãe: uma análise do conceito de mãe solo a partir da experiência das filhas” desloca o olhar para aquelas que também são constituídas pelas experiências maternas. A filha aparece como sujeito de memória, interpretação e produção de sentidos sobre o maternar.

Também as crianças são chamadas a falar. Em “Entre o lúdico e o cuidado: percepções infantis sobre vínculos e rede de apoio em um CAPSi no interior do Pará”, escutá-las significa reconhecer que elas elaboram sentidos sobre os vínculos que as sustentam. Em “Corpo. Vida. Educação: devir-criança... e o que podem as infâncias nos ensinar?”, a pergunta se radicaliza: talvez as infâncias possam nos ensinar a desaprender algumas certezas adultocêntricas e a reencontrar outras maneiras de habitar o mundo.

Falar em devir-infâncias de direitos é, nesse sentido, afirmar a criança como presença e não apenas como futuro. É reconhecê-la como sujeito que participa das relações, produz cultura, interpreta o cotidiano e transforma os mundos dos quais faz parte.

O CUIDADO COMO TRABALHO, POLÍTICA E DIREITO

O dossiê também nos convida a pôr reparo no trabalho que sustenta a vida e que tantas vezes permanece invisível.

Gestar, parir, amamentar, alimentar, acompanhar, levar à escola, cuidar durante a doença, organizar rotinas, lembrar horários, antecipar necessidades, mediar conflitos, garantir terapias, acompanhar tarefas, produzir renda e sustentar emocionalmente a família são ações que compõem uma extensa e complexa economia cotidiana do cuidado.

“Trabalho emocional e trabalho cognitivo nas experiências de gestar, parir e criar” evidencia dimensões do maternar que ultrapassam as tarefas visíveis. “Infância como prioridade e cuidado como contradição: desenvolvimento infantil, socialização de gênero e economia política da sobrecarga materna” explicita como a prioridade atribuída à infância pode coexistir com a concentração das responsabilidades sobre os corpos femininos.

É nesse terreno que o direito à creche ganha uma dimensão decisiva. “Pesquisa, maternidade e o direito à creche: quem são os sujeitos desse direito?” desloca a pergunta para além do acesso infantil ao espaço educativo: garantir a creche também significa produzir condições para que mulheres possam estudar, trabalhar, pesquisar, participar da vida pública e construir seus próprios projetos de existência.

O cuidado é, portanto, uma questão de direito, trabalho e política pública. Não se trata apenas de reconhecer o valor afetivo do cuidado, mas de perguntar quem o realiza, em quais condições, com quais recursos e com quais responsabilidades compartilhadas.

MATERNIDADES NAS MARGENS

Há também maternidades vividas em territórios de extrema vulnerabilização e controle social. “Maternidades marginais: o que nos contam presidiárias e prostitutas?” desloca o olhar para experiências frequentemente silenciadas. “Maternidades possíveis: travessias das infâncias de crianças filhas de mulheres privadas de liberdade” aproxima-se das crianças e dos vínculos que persistem diante das separações impostas pelo encarceramento. “Maternagem e infâncias coletivas: redes de cuidado e apoio de crianças e de mulheres presas” evidencia outras formas de construir redes quando as estruturas institucionais produzem ruptura e distância.

São textos que perguntam pelas fronteiras do reconhecimento: quem pode ser mãe? Quem pode cuidar? Quem tem sua maternidade legitimada? Quais crianças têm seus vínculos protegidos?

A história também comparece e insiste em ser evidenciada como memória, justiça e reparação de tempos sombrios, que infelizmente não estão no passado pois pairam sobre o presente. “Maternidade enquanto resistência na ditadura civil-militar brasileira: mulheres e crianças inimigas do Estado” recupera experiências nas quais maternidade e infância foram atravessadas diretamente pela violência política. A maternidade aparece, então, também como lugar de resistência, memória e luta.

CORPOS QUE REIVINDICAM DIREITOS

As maternidades atípicas ampliam ainda mais essa discussão. O cuidado de crianças com deficiência ou condições específicas frequentemente implica para as mulheres um trabalho adicional de mediação, reivindicação e defesa de direitos. “O trabalho materno como mediador de acesso aos direitos da infância atípica”, “O ‘maternar’ sob o olhar da Criança com Paralisia Cerebral: Representações Sociais sobre família e escola” e “Um exercício genealógico da maternidade atípica” nos aproximam de experiências em que o corpo materno se torna também território de luta por acessibilidade, reconhecimento, educação e participação social.

O direito da criança exige, assim, que olhemos também para as condições de vida de quem cuida. E reconhecer essas condições significa ampliar a própria compreensão de infância, família, escola e política pública.

A UNIVERSIDADE, A ESCOLA E OS LUGARES DO MATERNAR

As instituições educativas também constituem territórios de disputa. “Mães universitárias: qual apoio à permanência e seus impactos na saúde e bem-estar de acadêmicas de universidades públicas” e “Maternidade e permanência acadêmica: análise institucional das políticas de assistência estudantil e atendimento da infância na universidade federal do Maranhão (2018-2025)” interrogam as condições concretas para que mulheres possam permanecer na universidade quando a maternidade também faz parte de suas vidas.

O encontro entre o ato de maternar e o de produzir conhecimento se entrelaçam na carne e na história de mulheres que tensionam as estruturas acadêmicas. As

mulheres subvertem o silenciamento histórico e a solidão institucional ao transformarem o ambiente universitário em um território de afeto, resistência e sobrevivência coletiva.

A educação infantil, por sua vez, aparece como espaço de encontros, tensões e normatizações. “Maternidades (im)possíveis na relação com a Educação Infantil” discute a produção acadêmica sobre famílias e creche, enquanto “Pedagogização das famílias e a produção de maternidades ‘outras’ na educação infantil brasileira: normatividade e marginalização” pergunta pelos modelos de maternidade que atravessam as práticas educativas.

E “Duplas educativas na creche: problematizando o maternal e o paternal na codocência com bebês” desloca a questão para a organização do próprio trabalho educativo, interrogando as fronteiras generificadas entre cuidado e educação. Talvez seja preciso, então, reinventar o próprio modo de pensar o cuidado e a educação, não como dimensões separadas, mas como práticas indissociáveis de sustentação da vida.

MATERNAR E PESQUISAR: QUANDO O CORPO ENTRA NA ESCRITA

Há ainda uma dimensão especialmente significativa neste dossiê: a presença do corpo de quem pesquisa. “Maternar e pesquisar: a constituição de uma mãe pesquisadora em um percurso de pesquisa”, “Corpo, maternidade e travessia: narrativa autobiográfica do sentir materno” e “Vida e conhecimento na pesquisa com mulheres-mães e professoras de educação infantil: compartilhar, cuidar-educar dos bebês como gesto de pequenas grandezas” abrem espaço para experiências que, durante muito tempo, foram consideradas externas ou secundárias à produção acadêmica.

O corpo entra na pesquisa, a experiência entra na escrita, a memória entra no conhecimento e a maternidade deixa de aparecer apenas como objeto de investigação, para também interrogar os próprios modos de produzir ciência.

É nesse movimento que o poema de Evaristo retorna: *a palavra como artifício, arte e ofício*. Pesquisar e escrever sobre maternidades pode ser também uma forma de transformar experiência em conhecimento, memória em narrativa, cotidiano em questão política.

UMA CARTOGRAFIA DE MUITAS VOZES

Com 27 artigos, três relatos de experiência, uma resenha e uma entrevista, este dossiê reúne diferentes campos de conhecimento, perspectivas teóricas, experiências territoriais e modos de narrar.

A entrevista "Inventar a mãe, reinventar a infância: afet(ament)os em conversa com Iracy Rocha" abre uma conversa sobre os movimentos de invenção e adoção que atravessam mães e infâncias.

A resenha "Maternidades possíveis: uma leitura do Manifesto Antimaternalista visando a politização do cuidado como convite às matripotências emergentes" aproxima o debate da crítica contemporânea às políticas da reprodução. Os relatos de experiência acrescentam à pesquisa a dimensão encarnada da trajetória, da escuta, do corpo e da travessia.

Os títulos que compõem o dossiê podem ser lidos, juntos, como uma espécie de poema coletivo, em que cada título guarda uma pequena correnteza. Cada pesquisa traz uma margem, uma memória, uma pergunta. Juntas, essas vozes produzem uma cartografia que não pretende encerrar o tema, mas fazê-lo transbordar.

O MEIO RISO: UMA POLÍTICA DA ESPERANÇA

É aqui que retornamos ao poema de Conceição Evaristo, depois do cuidado aprendido de mãe, da sapiência, da estrada observada por cada dedo, da capacidade de perceber o fogo escondido nas cinzas, aparece "*esse meio riso/ dado para esconder / alegria inteira*".

O meio riso não é ingenuidade, é uma forma de continuar, é a alegria que conhece a estrada porque anda descalça. É uma esperança desconfiada, atenta, capaz de reconhecer as pedras sem deixar de procurar as flores. É a força que transforma pranto em consolo e palavra em arte e ofício.

Talvez essa seja também uma imagem para as maternidades que este dossiê reúne. Maternidades que carregam sobrecargas e, ainda assim, inventam redes, que atravessam desigualdades e produzem resistência. Que vivem entre rios e margens, entram na universidade com crianças nos braços, reivindicam creches, escolas e políticas públicas. Que atravessam prisões e separações, enfrentam o capacitismo e a invisibilização, que pesquisam, escrevem, ensinam e criam, cuidam e também exigem ser cuidadas.

O meio riso é, nesse sentido, uma política da esperança: uma esperança situada, desconfiada e encarnada, que conhece as condições concretas da vida e, justamente por conhecê-las, continua inventando possibilidades.

Por isso, este dossiê não é apenas sobre maternidades, é sobre como sustentamos a vida, sobre quem cuida e quem é cuidado. É sobre os trabalhos que permanecem invisíveis. É sobre as políticas que podem produzir proteção ou abandono. É sobre corpos que gestam, parem, amamentam, educam, pesquisam, trabalham, resistem e transbordam. É sobre crianças que, no presente, já são sujeitos de direitos. É sobre territórios que ensinam. É sobre águas que carregam histórias. É sobre mulheres que transformam experiências em saber e saber em luta. E é também sobre a possibilidade de imaginar outras formas de reprodução da vida, nas quais o cuidado possa ser reconhecido como responsabilidade coletiva e direito social.

Entre maternidades possíveis e impossíveis, entre rios e travessias, entre corpos e territórios, entre pesquisa e experiência, entre a dureza das pedras e as flores que insistem em nascer, este dossiê convida a *pôr reparo nas coisas e assuntar a vida*.

Talvez porque olhar para as maternidades seja também olhar para aquilo que uma sociedade decide proteger. Olhar para as infâncias talvez também seja perguntar que futuro — e que presente — estamos dispostos a construir.

E olhar para o cuidado seja reconhecer que nenhuma vida se sustenta sozinha, que os direitos não podem permanecer como promessa ou utopia, que as políticas públicas precisam alcançar os corpos concretos, que as crianças precisam ser reconhecidas em sua pluralidade, que as mulheres precisam ter condições de viver para além da obrigação de cuidar e o destino de sobreviver, apesar de.

E que a maternidade, quando retirada do lugar de destino natural e recolocada no campo da história, da política, da cultura e dos direitos, pode abrir espaço para outras formas de existir. Outras formas de cuidar, outras formas de educar, outras formas de viver a infância, outras formas de sustentar o mundo.

E talvez, no meio de tudo isso, permaneça aquele *meio riso*: pequeno, atento, inteiro por dentro. Um riso que conhece a estrada e sabe a medida e a força necessária da pisada, um riso que acredita na vida e por isso põe reparo nas coisas e assunta a vida, um riso que desconfia, um riso que resiste, um riso que, mesmo diante das pedras, ainda sabe reconhecer as flores.

Adriana Alves da Silva
Mônica de Oliveira Costa
Vanderelete Pereira da Silva
Caroline Barroncas de Oliveira
Daniela Franco Carvalho

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó**: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

EVARISTO, Conceição. De mãe. In: EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**: psicanálise e políticas da reprodução. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.